



**PREFEITURA
DE GOIÂNIA**



Secretaria Municipal de Educação

Processo nº 90242113 / 2022

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 055/2022 – SME

*Acordo de Cooperação – Total que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** e o **LAR ESPÍRITA CANUTO DE OLIVEIRA**, para o funcionamento do **CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSEFA LOPES**.*

O **MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida do Cerrado, 999 APM – Parque Lozandes, nesta Capital, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 01.612.092/0001-23, e nos termos do Artigo 115, Inciso XIII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, com sede à Rua 227 - A, nº 331, Setor Leste Universitário, nesta Capital, inscrita no CNPJ (MF) nº 01.414.457/0001-05, doravante denominada apenas **SME**, representada neste ato por seu Titular, **WELLINGTON DE BESSA OLIVEIRA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Goiânia-GO, portador da RG nº 4283939-DGPC-GO e do CPF nº 981.298.211-68, com poderes conferidos por meio do Decreto nº 2.072, de 25 de março de 2021 e o **LAR ESPÍRITA CANUTO DE OLIVEIRA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 01.083.385/0001-60, sediado à Rua C – 159, Qd. 313, Lt. Área, nº 876, Bairro Jardim América, nesta Capital, doravante denominado por **LAR**, representado neste ato por sua Presidente, **MARLY ROSA DE ASSIS DOMINGOS**, brasileira, casada, portadora do R.G. nº 1.207.400/2ª via – DGPC/GO e do CPF (MF) sob nº 307.773.801-53, residente nesta Capital; ajustam o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, que se regerá pelas disposições da Lei nº 13.019/2014, para o funcionamento do **Centro de Educação Infantil Josefa Lopes**, sediado à Avenida da Sede, s/n, Qd. Área, Lt. Área, Jardim Liberdade, nesta Capital, sujeitando-se no que couber às legislações a fins e às cláusulas seguintes.

FUNDAMENTO: Este Acordo de Cooperação, fundamenta-se no Arts. 2º, VIII-A, 29 e 42, parágrafo único da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, contido



no Processo nº 90242113/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ACORDO

1.1. O presente Acordo de Cooperação tem a finalidade de articular a parceria entre a **SME** e o **LAR**, visando ao funcionamento do **Centro de Educação Infantil Josefa Lopes**, em período integral, onde será desenvolvido a Proposta Político–Pedagógico com o objetivo de atender, aproximadamente, **63 (sessenta e três)** crianças, residentes no Município de Goiânia, na faixa etária de **02(dois)** anos à **05(cinco)** anos, sendo: **18 (dezoito)** crianças de 02 anos, **11 meses e 29 dias**; **17 (dezesete)** crianças de 3 anos, **11 meses e 29 dias**; **16(dezesesseis)** crianças de 3 anos, **11 meses e 29 dias a 4 anos, 11 meses e 29 dias**(turma mista) e **12(doze)** crianças de 04 anos, **11 meses e 29 dias**, distribuídos em **04 (quatro) agrupamentos** de Educação Infantil, obedecendo às normas estabelecidas nas *Diretrizes de Organização do Ano Letivo* vigente, da **SME** e no Estatuto do **LAR**, bem como os ajustes entre as partes.

1.1.1 Constituem parte integrante deste Acordo, como se neste estivesse transcrito, o Plano de Trabalho, fls. 147 a 149 dos autos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

2.1. O Acordo de Cooperação terá vigência de **24** (vinte e quatro) meses, a partir de sua assinatura, e surtirá efeitos legais, após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município – DOM.

2.2. O presente Acordo será cadastrado no arquivo de contratos do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM e, será objeto de certificação pela Controladoria Geral do Município – CGM, não cabendo indenização alguma, caso o mesmo seja denegado.

2.3. Sempre que necessário, mediante proposta do **LAR** devidamente justificada e formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término, e após o cumprimento



das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Acordo de Cooperação, nos termos do art. 55 da Lei nº 13.019/2014.

2.4. Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por Termo Aditivo, a ser celebrado pelos Acordantes antes do término da vigência do Acordo de Cooperação ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de Termo Aditivo com atribuição de vigência retroativa.

2.5. O presente Acordo poderá ser prorrogado, via Termo Aditivo, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA SME

3.1. Estabelecer a organização do ensino a ser oferecido pela Instituição Educacional, de acordo com a demanda da região.

3.2. Responsabilizar pelo desenvolvimento das atividades técnicas, administrativas e pedagógicas na Instituição Educacional.

3.3. Estabelecer em comum acordo com o **LAR** o número de agrupamentos e o quantitativo de educandos, por agrupamento considerando o estabelecido nas *Diretrizes de Organização do ano Letivo da SME*, bem como a capacidade de atendimento da Instituição Educacional.

3.4. Acompanhar, orientar e avaliar as atividades pedagógicas e administrativas desenvolvidas pela Instituição Educacional.

3.5. Disponibilizar os Profissionais da Educação e os Trabalhadores Administrativos da Educação, para serem modulados no **Centro de Educação Infantil Josefa Lopes**, considerando o previsto nas *Diretrizes de Organização do Ano Letivo da SME* para a modulação de servidores nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, que funcionam em período integral, conforme Parecer GERLOT fls.144-145, sendo:

*01 Diretor de Instituição Educacional- 60 -Horas;

*02 Professor Coordenador- 30-Horas;

*08 Professor Regente/ Pedagogia- 30-Horas;

*08 Auxiliar de Educativas- 30-Horas;



*02 Auxiliar de Secretaria- 30-Horas;

*03 Porteiro Servente- 30-Horas;

*04 Merendeira- 30 Horas.

3.6. Indicar em comum acordo com o **LAR**, um profissional de Educação pertencente à Rede Municipal de Educação, graduado na área do magistério, para exercer a função de diretor no **LAR**.

3.7. Disponibilizar ou remover os Profissionais da Educação e/ou Trabalhadores Administrativos da Educação considerando a necessidade de abertura, ou encerramento de agrupamento na Instituição Educacional, após autorização da Diretoria de Administração Educacional, em consenso com a *Coordenadoria Regional de Educação Brasil de Ramos Caiado*, ambas da **SME**.

3.8. Fornecer os recursos humanos e materiais para o funcionamento do **Centro de Educação Infantil Josefa Lopes** observando os mesmos critérios e periodicidade estabelecidos para os CMEIs, que funcionam em período integral, considerando o previsto na Lei nº. 8.183/2003, a qual dispõe sobre a criação do Programa de Autonomia Financeira das Instituições Educacionais – PAFIE.

3.9. Fornecer a merenda escolar, por meio de recursos oriundos do Programa Nacional de Alimentação Educacional – PNAE/FNDE, aos educandos matriculados na Instituição Educacional.

3.10. Fornecer o gás de cozinha, utilizando os mesmos critérios adotados para as Escolas Municipais.

3.11. Responsabilizar pelo pagamento das taxas de água e de energia elétrica, referente ao prédio que abriga o **Centro de Educação Infantil Josefa Lopes**, considerando que o hidrômetro e o medidor atendam exclusivamente a Instituição educacional objeto do presente Acordo de Cooperação.

3.12. Avaliar trimestralmente a Instituição Educacional, por intermédio de suas Equipes Técnica e Pedagógica, cujas avaliações deverão estar expressas em Relatórios.

3.13. Reservar, aproximadamente, **06 (seis)** vagas na Educação Infantil, sendo: **04 (quatro)** para crianças na faixa etária de **02 (dois)** e **3 (três)** anos e, **02 (duas)** vagas para crianças na faixa etária de **04 (quatro)** anos, visando a efetivação de matrículas de



educandos indicados pelo **LAR**, considerando as necessidades da comunidade local.

3.14. Zelar, por intermédio da direção da Instituição Educacional, pelos mobiliários, laboratórios, acervos e equipamentos, sob sua responsabilidade e guarda de uso exclusivo da Instituição Educacional em pauta, bem como proceder à manutenção das instalações físicas do prédio, que sedia a mesma. Entretanto, a **SME** não será responsável por quaisquer serviços que se constituam por sua dimensão e/ou valor na categoria de reforma e/ou ampliação do prédio citado.

3.15. Designar gestor habilitado para acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, em tempo hábil e de modo eficaz.

3.16. Realizar pesquisa de satisfação com os pais/responsáveis pelos educandos atendidos na Instituição Educacional, bem como utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada, do cumprimento dos objetivos, na reorientação e ajuste das metas e atividades definidas.

3.17. Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto do presente Acordo de Cooperação, nos termos do Art. 58 da Lei nº 13.019/2014.

3.18. Encarregar da publicação do Extrato do presente Acordo de Cooperação na Imprensa Oficial do Município, Diário Oficial, na forma e prazo previstos em Lei.

3.19. Avaliar o Relatório da Prestação de Contas do **LAR**, considerando também os Relatórios a seguir dos:

I - relatório de visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;

II- relatório técnico de monitoramento e avaliação, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO LAR

4.1. Cumprir as Leis e as normas de âmbito Federal, Estadual e Municipal, e especialmente a normatização do *Conselho Municipal de Educação de Goiânia*, referente à Educação Infantil, bem como o estabelecido nas *Diretrizes de Organização do Ano Letivo* da **SME**, quanto ao processo educacional e à organização pedagógica e administrativa.

4.2. Disponibilizar, gratuitamente, o imóvel adequado para o



atendimento proposto neste Acordo de Cooperação, para o funcionamento do **Centro de Educação Infantil Josefa Lopes** não podendo servir a qualquer outra finalidade, durante o horário de atividade educacional.

4.3. Responsabilizar pelas reformas e/ou ampliação do prédio que sedia a Instituição Educacional, sem que caiba à **SME** qualquer obrigação pelo ressarcimento.

4.4. Zelar, em parceria com a **SME**, pela conservação das instalações físicas do prédio em questão, visando ao funcionamento adequado da Instituição Educacional.

4.5. Garantir, por intermédio da direção da Instituição Educacional, aos Profissionais da Educação e/ou aos Trabalhadores Administrativos da Educação, disponibilizados pela **SME** e modulados no **Centro de Educação Infantil Josefa Lopes**, o direito de participar de formação continuada indicada ou promovida pela **SME**.

4.6. Encaminhar à **SME**, por intermédio da direção da Instituição Educacional, a frequência mensal dos Profissionais da Rede Municipal de Educação de Goiânia modulados no **Centro de Educação Infantil Josefa Lopes**, para efeito de inclusão destes na folha de pagamento, de acordo com as orientações da Diretoria de Gestão de Pessoas, da **SME**.

4.7. Encaminhar à **SME**, por intermédio da direção da Instituição Educacional, quando solicitado:

I – relação dos servidores com respectivos endereços, cargos, carga horária, funções e horário de trabalho;

II – quantitativo de educandos atendidos em período integral por agrupamento;

III – relatório das atividades pedagógicas e administrativas desenvolvidas e da avaliação do atendimento prestado.

4.8. Observar e atender às recomendações e prescrições provenientes da **SME**, relativas à organização e funcionamento do ensino.

4.9. Solicitar à **SME** a modulação dos servidores da Rede Municipal de Educação de Goiânia no **Centro de Educação Infantil Josefa Lopes**, após a sua apresentação, caso conheça e acredite que o trabalho desenvolvido pelos servidores esteja em sintonia com a sua proposta pedagógica, além de considerar a disponibilidade da **SME**, bem como poderá indicar em consenso com a **SME** os Profissionais da Educação, para exercer a função de Professor Coordenador na Instituição Educacional.

4.10. Responsabilizar pelo pagamento da taxa de IPTU, referente ao



imóvel que sedia o **Centro de Educação Infantil Josefa Lopes**.

4.11. Garantir o caráter gratuito do serviço prestado aos educandos matriculados no **Centro de Educação Infantil Josefa Lopes**, comprometendo a não cobrar destes e/ou de seus responsáveis qualquer tipo de taxa, contribuição e/ou título, bem como não solicitar que adquiram lista de material pedagógico e/ou de expediente.

4.12. Garantir o livre acesso das Equipes Técnica e Pedagógica da **SME** ao **Centro de Educação Infantil Josefa Lopes**, durante o horário de funcionamento estabelecido nas *Diretrizes de Organização do Ano Letivo* da **SME**, para o acompanhamento e a supervisão do mesmo, quanto ao cumprimento das cláusulas do presente Acordo de Cooperação, bem como permitir que outros Órgãos públicos realizem visitas técnicas na Instituição Educacional.

4.13. Estar ciente que a Instituição Educacional será avaliada, trimestralmente, pelas Equipes, Técnica e Pedagógica da **SME** e que, conforme o resultado das referidas avaliações, o Acordo de Cooperação poderá ser renovado ou não, para o período seguinte.

4.14. Responsabilizar, por intermédio da direção da Instituição Educacional, pela devolução dos recursos materiais (mobiliários, equipamentos e outros materiais permanentes) disponibilizados pela **SME**, ou mesmo adquiridos com recursos financeiros públicos, ao final da vigência do presente Acordo de Cooperação, sendo possibilitado ao Presidente do **LAR** ser plenamente inteirado quanto ao recebimento dos materiais, bem como das aquisições.

4.15. Estar ciente que a Direção da Instituição Educacional devolverá, se necessário, o Profissional da Educação e/ou o Trabalhador Administrativo da Educação disponibilizado pela **SME** ao **LAR**, de acordo com as orientações estabelecidas nas *Diretrizes de Organização do Ano Letivo* da **SME**.

4.16. Manter uma placa, conforme o modelo indicado pela **SME**, na entrada principal do prédio que sedia a Instituição Educacional, com os seguintes dizeres: **“Instituição que atende a Educação Infantil em Parceria com a Prefeitura de Goiânia/Secretaria Municipal de Educação”**. A mesma informação deverá estar expressa, também, nos documentos expedidos pela Instituição Educacional.

4.17. Garantir, por intermédio da direção da Instituição Educacional, que não poderá designar atribuições e atividades aos Profissionais da Educação e/ou aos Trabalhadores Administrativos da Educação, que não sejam inerentes ao seu cargo e função, para os quais foram disponibilizados pela **SME**.



4.18. Garantir que o **Centro de Educação Infantil Josefa Lopes**, atenda a Proposta Político - Pedagógica da **SME**, e cumpra o Regimento dos CMEIs e o Calendário Oficial da Rede Municipal de Educação de Goiânia.

4.19. Garantir, por intermédio da direção da Instituição Educacional, que as pré-matrículas dos educandos sejam realizadas, por meio do site da prefeitura: www.goiania.go.gov.br, opção: @matrículas, e posteriormente confirmadas na Instituição Educacional.

4.20. Manter atualizado, por intermédio da direção da Instituição Educacional, o Sistema de Matrícula da **SME**, incluindo todas as informações de movimentação dos educandos matriculados, como: remanejamento de agrupamento, desistência, cancelamento de matrícula e outras, considerando as orientações da Diretoria de Administração Educacional da **SME**.

4.21. Comprometer em desenvolver a Proposta Político – Pedagógica avaliada e aprovada pela *Coordenadoria Regional de Educação Brasil de Ramos Caiado*.

4.22. Preencher o Censo Escolar, considerando as orientações da **SME** e sob a coordenação do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

4.23. Manter atualizado e afixado em local visível no **Centro de Educação Infantil Josefa Lopes**, os seguintes documentos: Resolução que autoriza o funcionamento da Instituição Educacional, expedida pelo Conselho Municipal de Educação, Alvará de Localização e Funcionamento e o Alvará de Autorização Sanitária Municipal.

4.24. Dispor, por meio da direção da Instituição Educacional, de um Conselho Gestor, além de implementá-lo.

4.25. Divulgar na internet e em local visível de sua sede social e da Instituição Educacional, as parcerias celebradas com a Administração Pública.

4.26. Cumprir, por intermédio da direção da Instituição Educacional, as normas de saúde e segurança no trabalho, conforme o previsto na Lei nº 9.159/2012, inclusive com elaboração de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e de Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO, bem como providenciar o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual.

4.27. Permitir, por intermédio da direção da Instituição Educacional, o



acesso aos servidores do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT da SME, na Instituição Educacional, visando à fiscalização quanto ao cumprimento das normas de saúde e segurança no trabalho.

4.28. Responsabilizar, por intermédio da direção da Instituição Educacional, pela execução dos seguintes serviços na Instituição Educacional, considerando os mesmos critérios utilizados nos CMEIs:

- I – Limpeza de caixas d'água;
- II – Desinsetização/desratização;
- III – Limpeza de calhas;
- IV – Troca dos refis dos filtros dos bebedouros;
- V – Manutenção/limpeza dos aparelhos condicionadores de ar (se existir);
- VI – Manutenção de piscinas (se existir);
- VII – Fornecimento de insumos de papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido;
- VIII – Recarga de extintores e manutenção de outros itens de proteção contra incêndio (como iluminação e sinalização de emergência).

4.29. Executar o Plano de Trabalho relacionado a este Acordo de Cooperação, considerando as metas, prazos e objetos estabelecidos.

4.30. Realizar prestação de contas no final da execução do Acordo de Cooperação, mediante a apresentação de Relatório, que comprove o atendimento às metas e aos objetivos previstos no Plano de Trabalho.

4.31. Disponibilizar à SME o Relatório da Prestação de Contas, que deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho.

4.32. Responsabilizar-se exclusiva pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Acordo de Cooperação, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da SME a inadimplência do LAR em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.



CLÁUSULA QUINTA – DA EXCLUSIVIDADE DA CESSÃO

5.1. Durante o período de vigência deste Acordo de Cooperação o **LAR** não poderá, sem o consentimento por escrito da **SME**, ceder a qualquer título, as instalações ou dependências do imóvel destinadas ao funcionamento do **Centro de Educação Infantil Josefa Lopes** a outras entidades.

5.2. O **LAR** poderá utilizar as instalações ou dependências do imóvel que sediam a referida Instituição Educacional, fora do período de realização das atividades pedagógicas, considerando o ano letivo, e/ou no turno noturno, com exceção da diretoria, secretaria, cozinha e depósitos, para a realização dos trabalhos desenvolvidos em conformidade com os objetivos estatutários do **LAR**.

5.3. O **LAR** ficará responsável pela manutenção e higienização do prédio que sedia a Instituição Educacional, quando utilizá-lo.

5.4. Caso a **SME**, por intermédio da direção da Instituição Educacional, for utilizar o prédio no período noturno ou fora do período letivo, deverá obter autorização, por escrito, do Presidente do **LAR**.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS

6.1. O presente Acordo de Cooperação tem a finalidade de articular a parceria, em regime de mútua cooperação, não decorrendo obrigação de repasse de recursos financeiros entre os partícipes. Cada parte executará suas atividades com recursos próprios, compartilhando, por outro lado, serviços e bens, para que seja possível o atendimento das finalidades traçadas no presente Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA VINCULAÇÃO



7.1. O acompanhamento do cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Acordo de Cooperação fica a cargo da **SME**, por meio das suas Diretorias e da *Coordenadoria Regional de Educação Brasil de Ramos Caiado*, devendo o **LAR** disponibilizar à **SME** as condições necessárias ao cumprimento do que dita o presente item.

7.2. Por força do Acordo de Cooperação, a Instituição Educacional ficará vinculada à **SME**, devendo observar o cumprimento das Legislações Federal, Estadual e Municipal em vigor, referentes à Educação Infantil.

7.3. Pela vinculação ora estabelecida, a **SME** acompanhará e supervisionará o conjunto das atividades desenvolvidas pela Instituição Educacional, nos aspectos administrativos e pedagógicos, por meio das visitas periódicas de suas equipes.

7.4. O não cumprimento das normas aqui expressas, bem como das cláusulas do Acordo de Cooperação poderá determinar a ação direta da **SME**, na Instituição Educacional garantindo o atendimento até o final do ano letivo vigente, após o qual o Acordo de Cooperação será encerrado, sem possibilidade de renovação no ano subsequente.

CLÁUSULA OITAVA - DA ANTECIPAÇÃO E RENOVAÇÃO DO PRAZO

8.1. Este Acordo de Cooperação poderá ser denunciado e rescindido a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, com prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

8.2. A renúncia ou rescisão deste Acordo de Cooperação não eximirá nenhum dos Acordantes de cumprir às responsabilidades em relação às obrigações assumidas até a data da extinção do vínculo.

8.3. Os Acordantes deverão pronunciar-se sobre a renovação desse Acordo de Cooperação, impreterivelmente, **com antecedência de 60 (sessenta) dias antes do encerramento do presente instrumento**, assegurando assim, os direitos das partes e dos educandos matriculados na mencionada Instituição Educacional.



CLÁUSULA NONA – DO FORO

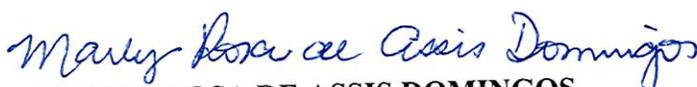
9.1. As controvérsias surgidas na execução do presente Acordo deverão ser resolvidas integralmente por via administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública. Caso, todavia, não se alcance solução, e como medida excepcional, os Acordantes elegem o Foro da Capital Estadual de Goiás, para dirimir qualquer dúvida ou litígio que porventura possa surgir da execução deste Acordo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.2. E por estarem justas, combinadas e acordadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ,

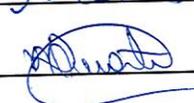
aos 02 dias do mês de agosto de 2022.


WELLINGTON DE BESSA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Educação


MARLY ROSA DE ASSIS DOMINGOS
Presidente do Lar Espírita Canuto de Oliveira

TESTEMUNHAS:

1ª  RG 2173588 DGPC-GO

2ª  RG 3868716 SSP/GO